

O jornalismo como forma de conhecimento e a prática do jornalismo ambiental

Journalism as a form of knowledge and the practice of environmental journalism

Marya Edwarda Souza LAPENDA¹

Resumo

Discutir o papel do jornalismo na construção de uma sociedade mais justa é o objetivo deste artigo, que considera o jornalismo uma forma de conhecimento única, capaz de inverter a lógica hegemônica da sociedade. O jornalismo parte de fatos cotidianos e os contextualiza em uma perspectiva mais ampla, promovendo entendimentos sobre a realidade social e subvertendo-a. A teoria do jornalismo como forma de conhecimento converge com a teorização sobre o jornalismo ambiental. Partindo dessa proposição, pretende-se, portanto, refletir, a partir de uma revisão bibliográfica, o jornalismo ambiental como uma forma de conhecimento autônoma, que pode empoderar os cidadãos nas decisões relacionadas ao meio ambiente, abandonando a perspectiva positivista da objetividade, já que, especialmente no contexto ambiental, a construção do conhecimento é influenciada por discursos e mediadores.

Palavras-chave: Jornalismo como forma de conhecimento. Jornalismo ambiental. Objetividade jornalística.

Abstract

Discuss the role of journalism in the construction of a society, but only the object of this art, which considers journalism a unique form of conception, capable of inverting the hegemonic logic of society. Journalism starts from everyday facts and contextualizes them in a broader perspective, promoting intentions about social reality and subverting it. A theory of journalism as a form of knowledge converges with a theory of journalism about or about the environment. Starting from this proposition, we intend, therefore, to reflect, from a revised bibliography, on environmental journalism as a form of autonomous knowledge, which can moderate citizens in decisions related to the environment, abandoning a positivist perspective of objectivity, since, especially in no environmental context, constructed knowledge is influenced by discourses and mediators.

Keywords: Journalism as a form of knowledge. Environmental journalism. Journalistic objectivity.

¹ Doutoranda em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco (PPGCOM-UFPE). E-mail: dwdalapenda@gmail.com

Introdução

Pensar o jornalismo e seu papel na construção de uma sociedade mais justa é uma tarefa com a qual se comprometem muitos pesquisadores. Um desses teóricos do jornalismo foi Adelmo Genro Filho, cuja contribuição principal foi pensar o jornalismo enquanto uma forma de conhecimento, comparável ao conhecimento científico. Para corroborar a afirmação de que o jornalismo é uma forma social de conhecimento, Adelmo Genro Filho (1987) utiliza as categorias hegelianas do singular, particular e universal com o intuito de explicar a característica que diferencia o jornalismo de outros tipos de conhecimento do mundo.

O jornalismo parte dos fatos cotidianos, imediatos, únicos e irrepetíveis, tendo por objeto de notícia aquilo que acontece no dia a dia, aparentemente banal. Para depois relacioná-los com outros fatos, identificando coisas em comum e contextualizá-los numa perspectiva universal. Simplificando, o jornalismo se apropria de casos isolados para trazer discussões que dizem respeito a toda uma sociedade. Meditsch (1992) explica que é como se o jornalismo cumprisse a função da percepção individual da singularidade dos fenômenos, mas expande essa imediaticidade para além da aldeia, colocando os acontecimentos em pauta na aldeia global, na totalidade do universo.

É como se a atividade jornalística fosse essencial para unir as pessoas em torno de um objetivo em comum, que é o de conhecer o mundo no qual se vive e decidir coletivamente sobre questões que dizem respeito a todos, como, por exemplo, as questões do mundo político ou ambiental. Isso significa pensar o jornalismo como mais do que um mero instrumento a favor dos poderosos, mas uma forma de conhecimento que ultrapassa as limitações impostas pelo modelo capitalista que se impôs sobre ele. O jornalismo possui uma potencialidade que ultrapassa sua utilização para reforçar a ordem hegemônica, podendo ser também um instrumento em prol de processos revolucionários.

Para pensar o jornalismo enquanto conhecimento, é necessário reforçar que o jornalismo reconstrói o mundo a partir de uma determinada concepção e ponto-de-vista sobre a sociedade. Não existe, para Genro Filho (1987), um jornalismo puramente objetivo e neutro, já que toda forma de conhecimento pressupõe um posicionamento do sujeito diante do objeto. Essa não neutralidade marca especialmente o jornalismo ambiental, sobre o qual nos propomos refletir neste artigo.

Para Stuart Allan apud Loose (2021), o conhecimento ambiental é disputado por discursos opostos e a capacidade de apontar quais são os riscos potenciais está relacionada com quem são os “definidores da realidade credíveis, autoritários e legítimos por meio do campo da mídia”. Todo e qualquer discurso midiático é, assim, produto de uma dinâmica de mediações, por meio da qual se elaboram relatos de uma realidade. Para manter a credibilidade, o jornalismo busca fontes que tenham legitimidade e expertise em dado tempo, ou seja, geralmente recorre a especialistas ou cientistas. O conhecimento jornalístico, portanto, bebe da fonte de outras formas de conhecimento e, segundo Meditsch (1998), pode reproduzir esses outros saberes, como também degradá-los.

Diante disso, gostaríamos de sugerir uma reflexão sobre o jornalismo como uma forma de conhecimento, propondo um abandono da perspectiva epistemológica positivista da objetividade jornalística e reconhecendo no Jornalismo Ambiental um instrumento de reivindicação de autonomia cidadã que se destaca pela necessidade de posicionamento do jornalista ambiental diante das questões do meio ambiente. Queremos pensar, com isto, o jornalismo ambiental como uma forma de conhecimento relativamente autônoma, capaz de empoderar o cidadão nas tomadas de decisões.

O jornalismo é uma forma de conhecimento!

Adelmo Genro Filho, professor e pesquisador da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), trata do jornalismo como uma forma de conhecimento na sua obra *O Segredo da Pirâmide* (1987). A proposição de uma teoria marxista do jornalismo vai de encontro às tradicionais vertentes marxistas que acusaram o jornalismo de ser - apenas - um instrumento a favor das classes dominantes. Ao pensar o jornalismo como uma forma de conhecimento, Genro Filho reconhece-o para além das limitações impostas pelo modelo capitalista sobre o qual o jornalismo se fundou. O autor coloca que “essa forma de conhecimento se, por um lado, possibilita a manipulação externa dos aparatos do processo de comunicação, por outro, encarna uma possibilidade duplamente revolucionária” (Genro Filho, 1987, p. 134). Primeiro, pela possibilidade de crítica à manipulação e, segundo, pelo caráter incompleto do conhecimento jornalístico, que veremos mais adiante.

Esse conhecimento possui especificações e uma delas é a sua proximidade com a imediatividade do real, levando o jornalismo a enfrentar dilemas por operar no campo

lógico do senso comum. No entanto, para Meditsch (1998), é justamente essa característica que assegura ao modo de conhecimento do jornalismo, além de sua fragilidade, sua força enquanto argumentação. Enquanto a universalidade da ciência significa a opacidade do conhecimento e, portanto, a dificuldade cada vez maior de adentrar nesse universo, o ideal da universalidade no jornalismo possui uma perspectiva diferente, o que Meditsch (1998) chama de "universalidade de fato". É na preservação de um "auditório ideal" que o jornalismo encontra sua justificação: a de manter a comunicação entre o físico, o advogado, o operário e o filósofo. Portanto, "enquanto a ciência evolui reescrevendo o conhecimento do senso comum em linguagens formais e esotéricas, o jornalismo trabalha em sentido oposto" (Meditsch, 1998, p. 33)

Além de possuir essa característica que permite às pessoas enxergar o mundo a partir do que ele possui de mais singular, o jornalismo possui a capacidade de contextualizar essa realidade singularizada. Genro Filho (1987), ao retomar as categorias lógicas de singular, particular e universal da filosofia hegeliana, se desloca das teorias críticas marxistas que enxergam o jornalismo como apenas instrumento de reforço do pensamento hegemônico das classes dominantes (Collato e Ijuím, 2022). Segundo Collato e Ijuím (2022), é preciso re-situar o jornalismo para compreendê-lo como elemento indispensável para a compreensão e transformação social, econômica, cultural e histórica do real.

Essa transformação pressupõe um abandono da perspectiva epistemológica positivista que enxerga o jornalismo a partir de uma visão funcionalista, como vimos no tópico anterior. Adelmo Genro Filho (1987) aponta que os pressupostos de "independência" e "imparcialidade" significam, na verdade, ter como pressuposto que o capitalismo desenvolvido norte-americano e sua hegemonia imperialista é um tipo de sociedade "normal". Por outro lado, a "exatidão", tão requisitada, significa recorrer às fontes oficiais ou institucionais, que exercem hegemonia sobre a definição da realidade. Embora admita que há um "grão de verdade" na ideia de que a notícia não deve emitir juízos de valor, Genro Filho (1987) ressalta que esse juízo vai embutido na forma de apreensão, hierarquização e seleção dos fatos, bem como na constituição da linguagem, como pudemos ver no tópico anterior. Trata-se de admitir que os próprios fatos, por pertencerem à dimensão histórico social, não são puramente objetivos.

Assim, o julgamento ético, a postura ideológica, a interpretação e a opinião não formam um discurso que se agrega aos fenômenos somente depois da percepção, mas são sua pré-condição, o pressuposto mesmo da sua existência como fato social. Não há um fato e várias opiniões de julgamentos, mas um mesmo fenômeno (manifestação indeterminada quanto ao seu significado) e uma pluralidade de fatos, conforme a opinião e o julgamento. Isso quer dizer que os fenômenos são objetivos, mas a essência só pode ser apreendida no relacionamento com a totalidade. E como estamos falando de fatos sociais, a totalidade é a história como autoprodução humana, totalidade que se abre em possibilidades cuja concretização depende dos sujeitos (Genro Filho, 1987, p. 49)

Sendo assim, o material do qual os fatos são constituídos é objetivo, pois existe independente do sujeito. Mas o conceito de “fato” implica na significação dessa objetividade pelos sujeitos. A realidade objetiva é indeterminada e a sociedade envolve sujeitos humanos em processo de autocriação consciente. Ou seja, a realidade social deve ser entendida como totalidade concreta, sendo a realidade um todo em constante desenvolvimento e autocriação. Portanto, não se pode admitir a possibilidade de conhecimento integral do todo, já que ele é uma “totalidade em processo de totalização”, autoprodução permanente e eterna. Não se podendo conhecer o todo, só se conhece as partes. Isso significa que o conhecimento sobre a realidade histórico-social é sempre comprometido politicamente, já que “ele se configura solidário com certas possibilidades do real e adversário de outras” (Genro Filho, 1987, p. 187).

Dessa forma, os fatos jornalísticos são um recorte dessa realidade, sendo inevitável que os fatos sejam uma escolha, embora essa escolha, importante frisar, seja delimitada por uma matéria objetiva, por uma substância histórica e socialmente constituída, independente dos enfoques subjetivos e ideológicos em jogo.

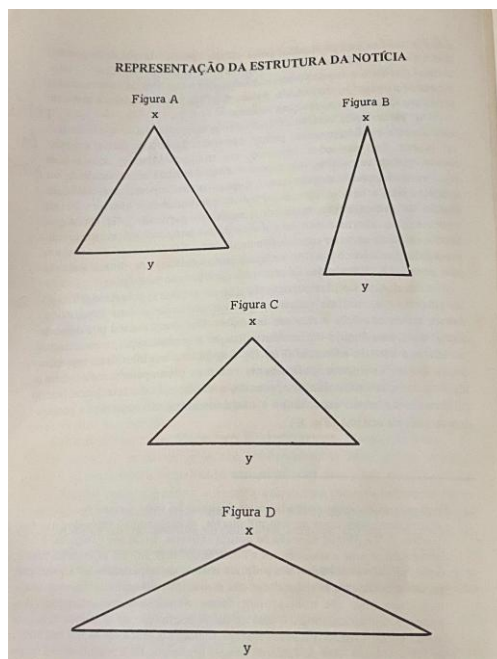
Não há dúvida que a chamada “objetividade jornalística” esconde uma ideologia, a ideologia burguesa, cuja função é reproduzir e confirmar as relações capitalistas. Essa objetividade implica uma compreensão do mundo como um agregado de “fatos” prontos e acabados, cuja existência, portanto, seria anterior a qualquer forma de percepção e autônoma em relação a qualquer ideologia ou concepção de mundo. Caberia ao jornalista, simplesmente, recolhê-los escrupulosamente como se fossem pedrinhas coloridas. Essa visão ingênua, conforme já foi sublinhado, possui um fundo positivista e funcionalista. Porém, não é demais insistir, essa “ideologia da objetividade” do jornalismo moderno esconde, ao mesmo passo que indica, uma nova modalidade social do conhecimento, historicamente ligado ao desenvolvimento do capitalismo e dotado de potencialidade que o ultrapassam (Genro Filho, 1987, p. 188).

Qual a proposição, então, de Genro Filho, no que diz respeito à potencialidade do jornalismo como forma de conhecimento que ultrapassa sua relação histórica com o desenvolvimento do capitalismo? É enxergar a pirâmide invertida, ilustração tradicional do *lead* noticioso, como, na verdade, uma pirâmide assentada sobre sua base natural. A representação do triângulo equilátero (Figura A), sugerida por Genro Filho como a concepção ideal da notícia, indica um equilíbrio entre a singularidade do fato, a particularidade que o contextualiza e, com base nisso, a racionalidade que estabelece seu significado universal. A racionalidade pode ser revolucionária, se confrontar a positividade do social, ou funcional em relação a essa positividade, definindo seu caráter conservador. A ideia do triângulo equilátero e seu “equilíbrio” da notícia diz respeito à obtenção de um certo nível de eficácia jornalística - independente do conteúdo ideológico.

Há um grau mínimo de conhecimento objetivo que deve ser proporcionado pela significação do singular [...], que exige um mínimo de contextualização do particular, para que a notícia se realize efetivamente como forma de conhecimento. A partir dessa relação minimamente harmônica entre o singular e o particular, a notícia poderá - dependendo de sua abordagem ideológica - tornar-se uma apreensão crítica da realidade (Genro Filho, 1987, p. 192)

Paralelo ao triângulo equilátero, temos: a representação de um triângulo isósceles (Figura B) com a base menor que os lados, que representa a notícia sensacionalista (excessivamente singularizada); um triângulo isósceles com a base maior que os lados, representando uma maior generalização do singular ao particular, como é o caso de jornais ou programas semanais; ou um triângulo com base ainda maior (Figura D), com maior abertura do ângulo de contextualização e generalização, no caso de um jornal mensal.

Figura 1. Representação da estrutura da notícia.



Fonte: Genro Filho (1987).

A singularidade excessiva reforça as percepções do senso comum, predominando, portanto, a ideologia burguesa. É a percepção do mundo como um “agregado de coisas e eventos independentes, do livre-arbítrio como pressuposto das ações individuais” (Genro Filho, 1987, p. 197). Esse é o tipo de jornalismo sensacionalista, que se opõe à contextualização dos fatos, ocorrendo uma “distorção do concreto através dos seus aspectos sensíveis no contexto da percepção e da apropriação subjetiva” (Genro Filho, 1987, p. 197). A singularização extrema possui conteúdo conservador, sendo o retrato da percepção do senso comum: a da positividade, que não questiona as posições hegemônicas na sociedade, que ignora as relações causais entre os fatos e que contribui com a passividade em relação à realidade imposta. No entanto, conforme avança o exercício crítico do jornalista em relação às mediações que interferem na realidade, há um avanço também na qualidade da informação, capaz de trazer à tona os aspectos que materializam os fatos sociais.

O jornalismo é uma forma de conhecimento cristalizado no singular e este singular está diretamente vinculado ao particular e ao universal, pois singular é a forma do jornalismo, não seu conteúdo. Portanto, se o jornalismo é um processo de conhecer que exige o exercício crítico das mediações, há gradações de conhecimento possíveis de se identificar nas apurações e textos jornalísticos. Quanto mais as mediações são

investigadas, quanto mais investimento intelectual e formativo os jornalistas oferecem aos leitores para reconstituir a dimensão fenomênica do fato social, mais força ganha essa singularidade, pois ela, em sua exposição, trará a dimensão dos conceitos que materializam os fatos sociais (Pontes, 2017, p. 178)

Nesse sentido, o jornalismo permite uma abertura para o particular e sugere uma significação universal que pode ser contrária à visão dominante da sociedade, podendo ser uma prática revolucionária de contestação dessa ordem hegemônica. Essa modalidade de conhecimento, por sua própria potencialidade transformadora, “deve ser compreendida e recuperada na perspectiva revolucionária e no sentido humanizador” (Genro Filho, 1987, p. 219). Dessa forma também deve ser compreendida a prática do Jornalismo Ambiental, que exige, por suas especificidades, uma postura assumidamente crítica do jornalista, capaz de proporcionar instrumentos de emancipação do ser humano nas pautas ambientais.

Sendo assim, o JA como forma de conhecimento pressupõe, conforme aponta Genro Filho (1987, p. 134), que o singular da notícia “convida a subjetividade a integrá-lo numa totalidade mais ampla dotada de sentido e valores”. Ou seja, o jornalismo oferece diversas possibilidades de interpretações críticas da realidade social, sendo essa sua potencialidade. Diante disso, é possível fazer uma relação entre a *práxis* jornalística em Genro Filho (1987) e a *práxis* do jornalismo ambiental.

A *práxis*, segundo Pontes (2017), é uma atividade de intervenção no mundo com sentido, produto e causa de um processo reflexivo sobre o fazer o ser dessa atividade. É, dessa maneira, uma crítica ao modo como os fenômenos se apresentam, entendendo que toda manifestação é parte da essência, mas nunca o próprio ser da coisa. Diante disso, podemos pensar a potência do jornalismo, entendendo-o como *práxis* e o jornalista como sujeito crítico dos fenômenos com os quais trabalha. É necessário, nessa perspectiva, que o jornalista consiga identificar a parte e o todo da realidade, sabendo intervir na mesma e caminhar entre a singularidade e a particularidade a partir de uma universalidade revolucionária (Pontes, 2017).

Essa perspectiva sistêmica se alinha aos princípios do Jornalismo Ambiental (JA) no qual, como explicam Girardi, Schwaab, Massierer e Loose (2012), o jornalista relaciona o todo com as partes e enxerga a prática do JA a partir da perspectiva da complexidade, o que demanda ampliação do número de fontes, profundidade do conteúdo e uma abordagem qualificada e plural (Girardi et al., 2012). Diante disso, é interessante a

perspectiva de Campos (2006) apud Girardi et al. (2012), segundo a qual é necessário pensar uma alfabetização ecológica dos jornalistas, para que aprendam a “pensar o todo”, se relacionando com o mundo de forma interventora. Desta maneira, “de uma oferta de informação ambiental desconexa, a sociedade precisa ser confrontada com a abordagem sobre os fatores que, interligados, dão origem aos graves problemas socioambientais na construção da cidadania ambiental” (Girardi et al., 2012, p. 139).

Ainda segundo as autoras, para garantir maior qualidade na mediação entre fontes e público, é necessário um maior questionamento, uma maior argumentação e exploração das obviedades e consensos estabelecidos. Portanto, “da exposição dos fatos passamos ao processo de explicá-los, relacioná-los” (Girardi et al, 2012, p. 140). É essa característica sistêmica do Jornalismo Ambiental, além da necessidade de posicionamento do jornalista na sua prática, que propomos relacionar à teoria do jornalismo como forma de conhecimento.

O conhecimento do jornalismo ambiental

É possível identificar que os pressupostos da prática do Jornalismo Ambiental (JA) estão alinhados aos pressupostos do jornalismo como uma forma de conhecimento, requerendo uma postura de abandono da objetividade e imparcialidade jornalística para ser eficiente na derrocada da realidade dominante vinculada ao sistema capitalista, tal qual pressupõe Adelmo Genro Filho. O jornalista ambiental deve produzir um conhecimento engajado da realidade ambiental e diversos autores apontam essa relação entre o JA e o envolvimento político do profissional.

Sendo assim, o jornalismo ambiental como uma forma de conhecimento possui “potencialidades emancipadoras” (Moraes, 2015 apud Loose, 2015), capaz de dotar os cidadãos comuns de ferramentas para reivindicarem um novo tipo de sociedade sustentável. Para isso, é necessário vislumbrar um jornalismo que se posicione diante da situação de crise ambiental a qual enfrentamos.

O jornalismo ambiental pode ser definido como o processo de ‘captação, produção, edição e circulação de informações’ comprometidas com a temática ambiental, que se destinam a um público leigo não especializado (Bueno, 2008). O surgimento deste tipo de jornalismo, no período pós Segunda Guerra Mundial, está intimamente ligado à percepção de movimentos sociais que passam a se preocupar com a manutenção da vida

no planeta (Belmonte, 2017 *apud* Collato e Ijuím, 2022). Segundo Belmonte (2017), o jornalismo ambiental brasileiro sempre esteve marcado pelo entendimento sobre a importância de mostrar o problema, com causas e consequências e as soluções possíveis para as questões ambientais. Essa preocupação estava na pauta do Seminário para Jornalistas sobre População e Meio Ambiente que a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) realizou em Brasília (DF), em novembro de 1989 (Belmonte, 2017).

Embora existam casos em que o jornalismo ambiental seja considerado apenas como uma especialidade ou especialização jornalística, relacionada à cobertura de temas ambientais, sua ideia extrapola esse entendimento de ser apenas uma cobertura centrada em assuntos de meio ambiente. Obviamente ele trata de temas ambientais, mas a partir de um ponto de vista diferenciado, engajado, envolvido. Diante dos crescentes desafios socioambientais, o jornalista ambiental trabalha comprometido com a promoção da qualidade de vida planetária. A partir de uma diversidade de fontes, olha além das consequências, em busca das causas e soluções dos problemas ambientais (Belmonte, 2017, p. 118-119).

De acordo com Eloisa Beling Loose (2010), do Grupo de Pesquisa Jornalismo Ambiental (CNPq/UFRGS), citada por Belmonte (2017), o jornalismo ambiental desvenda conexões ocultas que atravessam a sociedade, sendo o “meio ambiente” do jornalismo ambiental um meio ambiente mais largo do que o meio ambiente do jornalismo científico. Para ela, ser jornalista ambiental exige um olhar diferenciado sobre o mundo.

Assim como o Jornalismo não espelha a realidade, mas participa do processo intersubjetivo de construção social da realidade, comunicação não é transmissão, mas interação. Assumir essa perspectiva interacionista tem consequências. A principal delas, do ponto de vista do jornalismo ambiental como profissionalismo engajado, é reconhecer que não basta divulgar um texto transversal, bem elaborado, com diversidade de fontes. Esse texto, ou informação, só vai gerar ação se o seu sentido for construído em parceria com outros setores da sociedade. Para surgir, o jornalismo ambiental precisa de ativismo ecológico. Dificilmente ele brota do nada. Também precisa de parcerias para fazer sentido e contribuir com alguma mudança social (Belmonte, 2017, p. 120).

Para o jornalista ambiental André Trigueiro, mencionado por Belmonte (2017), o jornalismo ambiental quebra o dogma da imparcialidade, ao tomar partido em favor da sustentabilidade, do uso racional dos recursos naturais e do equilíbrio que deve reger as relações do homem com a natureza. Algumas funções são desempenhadas por esse tipo de jornalismo, dentre as quais 1) a informativa, que responde à necessidade que os

cidadãos possuem de estar em dia com os principais temas ambientais; 2) a pedagógica, que diz respeito à proposição de soluções e explicitação de causas dos problemas ambientais, indicando caminho para a superação desses problemas.; 3) a função política, que tem relação com o estímulo à mobilização dos cidadãos para fazer frente aos interesses que condicionam o agravamento da questão ambiental (Bueno, 2008).

Dornelles (2008) afirma que a pauta ambiental precisa desempenhar uma função pedagógica, sistematizando conceitos, disseminando informações, conhecimentos e vivências. Dando condições para que o cidadão comum participe do debate. De acordo com Bueno (2007) apud Dornelles (2008):

o jornalismo ambiental precisa ter um caráter revolucionário, comprometido com a mudança de paradigmas, deve enxergar além das aparências e não ser complacente com aqueles que se apropriaram da temática ambiental para formar ou reforçar a imagem. Deve suspeitar sempre do discurso pretensamente preservacionista de governos e organizações, buscando contemplar, além de ações isoladas, quase sempre utilizadas como recursos mercadológicos ou propagandísticos (Bueno, 2007 p. 17 apud Dornelles, 2008, p. 47)

Alguns pressupostos foram elencados por Loose (2015) e nos ajudam a entender as expectativas teóricas em relação ao Jornalismo Ambiental. A ênfase na contextualização é um desses pressupostos, numa tentativa de superar a fragmentação do jornalismo diário. Os leitores precisam relacionar pautas e assuntos e, para isso, é necessária uma visão global dos problemas ambientais, com ênfase na contextualização “ampla, profunda e crítica (tecendo relações de causas e consequências)” (Loose, 2015, p. 49). Outra necessidade é a pluralização das vozes representadas nas notícias, incluindo aqueles que não possuem legitimidade científica, empresarial ou política.

Além disso, o comprometimento com a qualidade da informação se dá através da militância, entendida como uma “atitude crítica em defesa da sustentabilidade da vida ou um engajamento social que defenda os interesses de uma relação sociedade-natureza menos nociva e conflituosa” (Loose, 2015, p. 50). E, por fim, uma responsabilidade com a mudança de pensamento, assumida pelo Jornalismo Ambiental. Ele “[...] visa ser transformador, mobilizador e promotor de debate por meio de informações qualificadas e em prol de uma sustentabilidade plena” (Girardi et al., 2012, p. 148 apud Loose, 2015, p. 50). Nesse sentido, o objetivo final é empoderar os cidadãos para que haja maior participação social e efetivas ações visando a justiça ambiental.

De acordo com Girardi (2011, 2012) citada por Loose e Belmonte (2023), os jornalistas ambientais têm o intuito de conduzir o público à ação, promovendo a diminuição das agressões ao meio ambiente e preservando a qualidade de vida. A missão máxima é a de mudança de pensamento, por meio de uma informação qualificada. Entendendo, pois, o jornalismo como uma forma de educação não formal, que pode mudar a forma de relação entre sociedade e natureza.

Brüggemann, Frech & Schäfer (2022) apud Loose e Belmonte (2023) ressaltam ainda a necessidade dos jornalistas adotarem uma nova postura que não a de observador distante e neutro, após as ameaças ecológicas que têm surgido. Disso resultam práticas jornalísticas transformadoras, que evidenciam a defesa da sustentabilidade ou de um bem público. Nesse aspecto, Laws e Chojnicka (2020) reconhecem a importância de contextos na construção do conhecimento jornalístico, resultando disso a separação entre o jornalismo partidário de mudanças sociais e o jornalismo partidário do status quo, ressaltando que reportagens devem desafiar a ideologia liberal dominante caso queiram gerar transformações (Loose e Belmonte, 2023). Se, nas primeiras décadas, as funções informativa e pedagógica tinham maior relevo, hoje há o destaque para a função política, que pode ser lida em alguns casos como *advocacy journalism*.

Advocacy ou advocacia é mobilização social. Portanto, é uma ação de comunicação e mais especificamente, de comunicação pública. Trata-se de uma estratégia de convocatória e construção de propósitos comuns, com o objetivo de produzir significado e sentido compartilhados em assuntos de interesse coletivo. (López, 2011, p. 62 apud Belmonte, 2017, p. 121).

Segundo Bueno (2007), o jornalismo ambiental deve se posicionar politicamente, social e culturalmente engajado, já que essa é a maneira de resistir às investidas e pressões de governos, empresas e até universidades e institutos de pesquisa, dependentes dos grandes interesses. Para Girardi et al. (2023), o Jornalismo Ambiental é mais do que a cobertura sobre o meio ambiente. É um olhar sobre a realidade, baseado na tomada de consciência ecológica. Através dessa consciência, o sujeito mobiliza-se, de forma orgânica e autônoma. Ao propor um intercruzamento entre o pensamento freireano e os pressupostos do JA, as autoras afirmam que o jornalismo ambiental é uma poderosa ferramenta de contestação do sistema hegemônico:

O Jornalismo Ambiental parte de uma contestação do sistema hegemônico estabelecido, que reduz meio ambiente a recurso econômico, prioriza as vozes estabelecidas e quase não critica nosso modelo de desenvolvimento, o status quo, desta forma favorecendo a manutenção do discurso capitalista, colonialista, explorador. Assim como o pensamento de Freire, os pressupostos teóricos do Jornalismo Ambiental assumem uma posição diante dos segmentos da sociedade oprimidos, em específico no comprometimento com a qualificação da informação, de maneira a incentivar a autonomia dos sujeitos que acessam essas produções jornalísticas. Dessa forma, o Jornalismo Ambiental pode contribuir para a emancipação daqueles que não costumam ser ouvidos pelo sistema dominante (Girardi et al., 2023, p. 137).

O jornalismo ambiental valoriza a contextualização e o diálogo de saberes, visando a mudança de percepção e atitude dos seres humanos em relação à natureza, transformando o pensamento colonizado/colonizador em um pensamento emancipado/emancipador. Através do conceito de dialogicidade em Paulo Freire, podemos pensar na dimensão educativa do JA, que através de sua prática, não neutra, contempla uma diversidade de vozes, construindo informações com potencial para estimular os processos dialógicos na sociedade (Girardi et al., 2023). A não neutralidade, que é pressuposto do pensamento freireano em relação à educação, deve ser premissa de um jornalismo eficaz. Dito isto:

O jornalismo que segue manuais e a ideia obsessiva de afirmar-se por uma observação neutra da realidade traz, portanto, uma falha quanto à possibilidade de mobilizar e evidenciar a complexidade. Desta forma, afirmamos o Jornalismo Ambiental como possibilidade de engajamento, de desfazermos, portanto, esta trama do véu da neutralidade, que interessa às forças dominantes. O Jornalismo Ambiental, neste sentido, ganha espaço nesta construção de encontro e de diálogo, abrindo possibilidades de construção de crítica à realidade de forma cotidiana – possibilitando a tomada de consciência e a conscientização, e contribuindo para a emancipação e a transformação social (Girardi et al., 2023, p. 142).

Ainda segundo as autoras, a luta ambiental é a luta pela justiça, uma luta contrária às opressões, visando a construção de uma nova forma de relação entre as pessoas. Portanto, o jornalismo ambiental tem estreita ligação com uma postura de militância, assumindo o jornalista a posição de sujeito consciente e capacitado. Sendo assim, de acordo com John (2001) apud Girardi et al. (2012), cabe ao jornalista ambiental explicar novos conceitos, técnicas e tecnologias e descobrir suas relações com a destruição ou preservação dos recursos naturais, além de investigar denúncias e disseminá-las no meio

adequado, provocando reações locais ou globais. Resulta disso que podemos vislumbrar no Jornalismo Ambiental uma potencialidade como forma de conhecimento, capaz de dotar os cidadãos de autonomia frente aos problemas ambientais. No entanto, como toda prática jornalística, o jornalismo ambiental não está isento dos erros estruturais que privilegiam a voz de uma minoria da sociedade quando o tema é meio ambiente, incluindo grupos e organizações que detêm poder político, econômico e social.

Considerações finais

Como uma forma social de conhecimento, o jornalismo ambiental desempenha um papel fundamental na promoção da conscientização sobre questões ecológicas e na formação de uma sociedade mais informada e engajada. Diversos autores apontam que a percepção da realidade de um jornalista ambiental deve ser sistêmica, levando-o a enxergar o mundo de forma complexa e produzindo reportagens ricas em contextualização. Dessa maneira também é pensado o equilíbrio perfeito da notícia na proposição da teoria do jornalismo como forma de conhecimento de Adelmo Genro Filho: uma notícia capaz de apresentar o “novo”, através do singular, de forma contextualizada, por meio do particular, com um viés progressista, através da universalidade que a orienta.

Diante disso, enxergamos o jornalismo ambiental como uma forma de conhecimento, segundo a perspectiva de Genro Filho (1987). Ao abordar temas como mudanças climáticas, conservação da biodiversidade e poluição, os jornalistas ambientais têm a responsabilidade de informar o público sobre os desafios que enfrentamos e as soluções que podem ser adotadas. Essa função não apenas educa, mas também mobiliza a sociedade para a ação, incentivando a participação ativa na proteção do meio ambiente.

Para que haja uma boa prática do jornalismo ambiental, contudo, é necessário abandonar a perspectiva epistemológica positivista da objetividade, que encobre interesses políticos e econômicos de alguns poucos grupos, sob o disfarce da “imparcialidade” que é impossível em um mundo constituído pela linguagem. Dito isto, apesar da sua característica emancipatória, o jornalismo ambiental enfrenta dilemas de ordem ideológica, que convém serem discutidos em outros trabalhos.

Referências

MEDITSCH, Eduardo. **Jornalismo como forma de conhecimento**. Revista Brasileira de Ciência da Comunicação, São Paulo, Vol. XXI, n. 1, p. 25-38, jan/jun 1998.

BUENO, Wilson da Costa. **Jornalismo ambiental**: explorando além do conceito. In: TOURINHO, Ilza Maria; GIRARDI, Reges Toni Schwaab; MARCONDES, Adalberto Wodianer. Porto Alegre: Ed. Dom Quixote, 2008.

BELMONTE, Roberto Villar. **Uma breve história do jornalismo ambiental brasileiro**. Revista Brasileira de História da Mídia. vol. 6. n. 2. jul/dez 2017.

COLLATO, Camila; IJUIM, Jorge Kanehide. **Jornalismo ambiental**: reflexões sobre conhecimento, direitos humanos e complexidade. Bauru, v. 10, n. 2, p. 199-221, jul./dez., 2022

DORNELLES, Beatriz. **O fim da objetividade e da neutralidade no jornalismo cívico e no ambiental**. In: TOURINHO, Ilza Maria; GIRARDI, Reges Toni Schwaab; MARCONDES, Adalberto Wodianer. Porto Alegre: Ed. Dom Quixote, 2008.

GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; MORAES, Claudia Herte de; LOOSE, Eloisa Beling; STEIGLEDER, Débora Gallas. **Aproximações do Jornalismo Ambiental com o pensamento de Paulo Freire**. Ámbitos. Revista Internacional De Comunicación, (60), 134–148. <https://doi.org/10.12795/Ambitos.2023.i60.07>

GENRO FILHO, Adelmo. **O Segredo da Pirâmide**: Para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê!, 1987.

LOOSE, Eloisa Beling; BELMONTE, Roberto Villar. **O ativismo no jornalismo ambiental**: como quatro momentos-chave ajudaram a configurar uma prática engajada no Brasil. Brazilian journalism research, v. 19, n. 3, p. e1594-e1594, 2023

LOOSE, Eloisa Beling. **Pensando o jornalismo ambiental sob a ótica dos riscos climáticos**. In: III Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental. Anais: São Paulo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015, p. 45-63